

31.março.2015 – 14h00

**RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA**

- Entidade:** Centro de Física e Investigação Tecnológica, CEFITEC, da Universidade Nova de Lisboa  
Professores Doutores Paulo Limão-Vieira (Coordenador) e Orlando Teodoro.
- Recebido por:** Grupo de Trabalho da Ciência: Deputados Elza Pais (Coordenadora), Maria José Castelo Branco (PSD), Inês de Medeiros (PS), Michael Seufert (CDS-PP e Rita Rato (PCP).
- Assunto:** Processo de avaliação de unidades de I&D.

**Exposição:** A Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência, Deputada Elza Pais, apresentou as boas vindas aos representantes do Centro de Física e Investigação Tecnológica, CEFITEC, a quem explicitou a grelha de tempos da audiência e deu-lhes de imediato a palavra.

Os representantes do CEFITEC agradeceram a reunião e transmitiram as suas preocupações em relação ao processo de avaliação do Centro, indicando, em síntese, o seguinte:

1. O CEFITEC foi fundado em 1994 e é uma das unidades de I&D mais antigas da Universidade Nova de Lisboa;
2. Ficaram admirados com a forma e o conteúdo da avaliação respetiva;
3. Têm outputs tecnológicos que entendem não justificarem a classificação de Bom que lhes foi atribuída;
4. São um Centro de baixa dimensão, com 16 pessoas;
5. Realçaram que os dados bibliométricos facultados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) os colocavam numa situação muito boa, mas os mesmos tinham sido ignorados pelo painel de avaliação, o mesmo tendo acontecido com a sua representatividade a nível nacional, questionando ainda a fundamentação utilizada pelo painel;
6. Têm um património e um equipamento de cerca de 1.000.000€, que podem ficar em risco, tal como o futuro da unidade, com a avaliação e o conseqüente financiamento;
7. Em 2013 tiveram uma avaliação de Muito Bom e a atual avaliação de Bom excluiu-os da avaliação presencial e da segunda fase de avaliação;
8. No processo de audiência prévia a FCT ignorou os factos de produtividade, internacionalização, formação avançada e potencial da unidade;
9. Na respetiva área de atuação, podiam fazer a diferença a nível europeu, entendendo que estavam bem posicionados;
10. Os termos de classificação pareciam ser absolutos, mas afinal eram apenas relativos, podendo todas as unidades serem excecionais.

Interveio depois a Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), perguntando quais as linhas de investigação que tinham a decorrer, se tinham recorrido da avaliação, se já havia resposta e qual era o desenvolvimento da situação.

Salientou depois que foi feito um reforço de 60%, de 2011 para 2013, das verbas atribuídas às unidades de investigação, que há 257 unidades com 74.000.000€, havendo atualmente mais unidades a receberem (63,5% do montante atribuído contemplará 63% das unidades melhor classificadas e anteriormente 58% do financiamento ficava em 26 unidades).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Deputada Rita Rato (PCP) realçou a importância para Grupo de Trabalho da Ciência em relação ao conhecimento dos impactos das decisões tomadas no que respeita à avaliação das unidades de investigação.

Realçou que o processo tinha ausência de critérios rigorosos e informou que o PCP tinha apresentado em junho de 2014 um Projeto de Resolução e pedido a audição da Secretária de Estado da Ciência sobre a matéria, mas ambas as iniciativas tinham sido rejeitadas.

Indicou depois que o PCP propunha que existissem patamares diferentes para a avaliação e o financiamento, referindo que havia outros países com um financiamento público sólido e em separado da avaliação, enquanto o Governo atual juntava os 2 critérios e vinha a assumir um corte a nível de financiamento.

Enfatizou ainda situações em que o painel de avaliação não tinha especialistas da área. Por outro lado, informou que conheciam Centros que já tinham interposto ações judiciais nos tribunais, a contestarem a avaliação e concluiu que continuariam a acompanhar a matéria.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) questionou os representantes do CEFITEC se reconheciam ou não a validade dos critérios de avaliação, se os mesmos podiam ser aplicados a todas as unidades de investigação e se não havia necessidades de separação do financiamento e da avaliação no caso de unidades de curto prazo.

Perguntou depois se 70% do investimento estava concentrado em 20% das unidades e se isso originava o risco de desaparecimento de 50% das unidades de investigação. Realçou que a má avaliação num ano pode ter efeitos a médio e longo prazo, nomeadamente a nível de bolsas, condenando as unidades de investigação e defendeu que havia uma competição não justa para as mesmas.

Partindo da constatação de que não tinham sido ouvidos pelo painel de avaliação, questionou se lhe reconheciam legitimidade para a avaliação. Perguntou ainda se estavam em risco o património e o equipamento da unidade. Por último, informou que o PS tinha apresentado um Projeto de Resolução a pedir a reavaliação do processo de avaliação das unidades de investigação, mas o mesmo tinha sido rejeitado.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que a avaliação visa a comparabilidade das unidades, realçando que estas estavam habituadas a avaliação, até para a atribuição de fundos europeus e questionou que aprendizagens se retiravam da mesma. Pediu ainda o aprofundamento do ponto 5 da carta dirigida à Comissão de Educação, Ciência e Cultura – fundamentação da avaliação - e considerou que seria sempre importante a avaliação presencial.

Defendeu ainda que era importante que houvesse transparência nos passos da avaliação e hipóteses de reponderação. Por último, releveu a importância da avaliação intermédia e perguntou se havia contactos da FCT nesse sentido.

Na sequência das questões e das observações colocadas, os representantes do CEFITEC referiram o seguinte:

1. Concordaram com a existência de avaliação e manifestaram que queriam ser avaliados, mas discordaram do processo em relação ao CEFITEC;
2. Discordaram da não existência de avaliação presencial no seu caso, informando que só quem tinha classificação mínima de 16 pontos é que passava à 2.ª fase, com esse tipo de avaliação;
3. Indicaram as linhas de investigação do Centro, com realce para o comportamento de superfícies e a erosão;
4. Alguns equipamentos tinham sido construídos com base na formação dos elementos das unidades;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

5. Não apresentaram um pedido de reavaliação porque tinham existido 2 painéis de avaliação, tendo, no entanto, realçado que os mesmos tinham discordado entre si e o 2.º tinha justificado que tinham existido 2 critérios de avaliação diferentes;
6. Os 2 investigadores do programa Compromisso Ciência tinham de se ir embora, não havendo possibilidade de os manter;
7. A avaliação não tinha levado em conta a capacidade instalada no Centro e as atividades desenvolvidas, nomeadamente, as relações com o CERN, European Organization for Nuclear Research;
8. A participação em formação exterior não tinha sido valorizada;
9. Reconhecendo fragilidades do CEFITEC, realçaram que a FCT pediu 3 tipologias de Centros – alta, média e baixa – mas os mais pequenos estavam muito limitados;
10. Embora a FCT se tivesse comprometido a apoiar as unidades classificadas com Bom, só há dias tinha pedido a reestruturação das unidades, com a indicação de que deveriam apresentar a respetiva proposta em poucos dias, fazendo depender disso a atribuição de um financiamento de 100.000€;
11. Reiteraram que queriam ser avaliados, mas com um processo em articulação com o painel, para se reequacionar a avaliação.

A terminar, a Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência, Deputada Elza Pais, referiu que o mesmo tinha na agenda a avaliação das unidades de investigação, tendo aquela sido a primeira. Realçou ainda que a Assembleia da República devia manter espaços de diálogo com as unidades de investigação.

A gravação áudio da audição e os documentos remetidos pelo CEFITEC encontram-se disponíveis na [página do Grupo de Trabalho, na internet](#).

Palácio de São Bento, 31 de março de 2015

A assessora  
*Teresa Fernandes*